



REGIÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA DA SOJA E URBANIZAÇÃO DO CAMPO NO PARAGUAI

Germán Francisco Burwood Clavijo ¹

RESUMO

No extremo leste do Paraguai, desde a década de 1990, pode-se dizer que existe uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) altamente especializada na monocultura da soja. Neste artigo pretendemos jogar luz sobre alguns elementos que se consideram centrais para o estudo empírico dessa região. Em primeiro lugar, leva-se em consideração que a RPA da soja no leste paraguaio é fruto de um processo histórico que tem já algumas décadas e que, antes disso, ela é depositária do antecedente mais direto da expansão da fronteira agrícola moderna desde o Brasil na década de 1970. Depois, com respaldo em trabalhos que acusam a existência de uma região de agricultura intensiva ‘mais dinâmica’ do que o resto do país, tenta-se enunciar problemas concretos para futuras pesquisas, dentre os quais se destacam as cidades do agronegócio, as redes de armazenamento e as relações entre as *tradings* transnacionais e as empresas intermediárias na estruturação do circuito espacial produtivo da soja.

Palavras-chave: regionalização produtiva, Paraguai, fronteira leste, agronegócio globalizado.

RESUMEN

En el extremo oriente del Paraguay, desde la década de 1990, se puede afirmar la existencia de una Región Productiva del Agronegocio (RPA) altamente especializada en el monocultivo de la soja. En este artículo pretendemos arrojar luz sobre algunos elementos que se consideran de suma importancia para el estudio empírico de esa región. En primer lugar, se tiene en consideración que la RPA de la soja en el este paraguayo es fruto de un proceso histórico que lleva ya algunas décadas y que, antes de eso, la región es depositaria del antecedente más directo de la expansión de la frontera agrícola moderna desde Brasil en la década de 1970. Después, con respaldo en trabajos que afirman la existencia de una región de agricultura intensiva ‘más dinámica’ que el resto del país, se intenta enunciar problemas concretos para futuras investigaciones, entre los cuales se destacan las ciudades del agronegocio, las redes de acopio y las relaciones entre las *tradings* transnacionales y las empresas intermediarias en la estructuración del circuito espacial produtivo de la soja.

Palabras clave: regionalización productiva, Paraguay, frontera este, agronegocio globalizado,

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é pôr em evidência a relação estreita entre a difusão da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2015, p. 88; CASTILLO, 2007;

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ge.burwood@gmail.com.



FREDERICO, 2013, 2015) e a dinâmica urbano-regional contemporânea no extremo leste paraguaio.

O foco é posto sobre as características do que acreditamos ser uma região produtiva agrícola ou do agronegócio (ELIAS, 2011, 2017) na fronteira oriental. Essa região, altamente especializada na produção de oleaginosas, dentre as quais, nomeadamente, a soja, abarca a totalidade do departamento de Alto Paraná e porções dos departamentos de Canindeyú, Caaguazú, Caazapá e Itapúa — trata-se de uma faixa meridiana de pouco mais de 100 km de largura à beira do rio Paraná, na fronteira com o Brasil e a Argentina.

A soja é o principal produto de exportação do país, que foi o quarto exportador mundial (6,6 milhões de toneladas) em 2020 e o quinto produtor (10,1 milhões) (USDA, 2021, p. 14). Segundo dados fornecidos pelo site da Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas (CAPECO), dos 3.544.245 hectares de soja cultivados no ano agrícola 2018-2019, 2.996.292 localizavam-se nos departamentos que mencionamos acima. Esses dados servem para começar a notar a dimensão da relevância da região produtiva da soja para a economia nacional.

A necessidade de investigar a regionalização produtiva como uma manifestação concreta de uma das formas de uso agrícola do território possíveis, justifica-se, antes de tudo, pelo fato do país ter sido historicamente um exportador de produtos agropecuários. Depois, para além dessa mera constatação, ocorre que a “propriedade e o uso da terra fazem as vezes de fio condutor” da história paraguaia (ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 24, tradução livre). Em terceiro lugar e não menos importante, percebemos que há uma relativa ausência de estudos recentes, no âmbito específico da Geografia, acerca da realidade paraguaia.² Ao associarmos isso à frequência com que é possível deparar-se com reflexões em torno da modernização da agricultura paraguaia no contexto de globalização (SFORZA; GARAY; CÁCERES, 2018; GOETZ, 2018; SETRINI *et al.*, 2020; WESZ JUNIOR, 2021), é fortalecido ainda mais o argumento em favor de levar adiante pesquisas geográficas sobre o assunto.

Este trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica e documental. Além de buscar obras que no âmbito da Geografia e de outras disciplinas têm se dedicado, mais recentemente, ao estudo das dinâmicas urbano-regionais e da economia política no Paraguai, procuramos também dados estatísticos disponíveis em plataformas online. No âmbito das fontes oficiais, recolhemos dados do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAG), do Banco Central do Paraguai (BCP), da Direção Nacional de Alfândegas (DNA), do Departamento de Agricultura

² Cumpre registrar as exceções que representam os trabalhos dos geógrafos paraguaios Fabricio Vázquez (2006) e Kevin Goetz (2018) e a brasileira Lorena Izá Pereira (2019).



dos Estados Unidos (USDA) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Já no campo das agrupações empresariais e outras entidades civis, recorreremos à Câmara Paraguaia de Exportadores e Comercializadores de Cereais e Oleaginosas (CAPECO), à Câmara Paraguaya de Processadores de Oleaginosas e Cereais (CAPPRO) e à plataforma Trase (*Transparent Supply Chains for Sustainable Economies*). O material cartográfico foi elaborado com o software QGIS 3.16.

Precisamente pelo fato de ainda estar no terreno da pesquisa bibliográfica, aventam-se no texto algumas hipóteses que nortearão as etapas posteriores da pesquisa. O conceito de região produtiva do agronegócio, nesse sentido, é um guia de interpretação e análise.

Cunhado por Denise Elias (2011, 2017), o conceito de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA) refere-se a todo “recorte espacial formado por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, e por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades médias)” (ELIAS, 2017, p. 29). Elas são “totalmente associadas ao agronegócio globalizado” e, por isso, lócus do funcionamento de “redes agroindustriais”; em definitiva, são “focos dinâmicos da economia agrária” e “áreas de difusão de vários ramos do agronegócio” (ELIAS, 2011, p. 155).

Como dispositivos funcionais, territorialmente especializados, as RPAs abrigam fragmentos de redes agroindustriais que são cruciais para a acumulação capitalista em escala global. Fragmentos esses que abrigam a produção propriamente dita e seu comando técnico (ELIAS, 2011, p. 158, 2017, p. 30). O comando organizacional da produção, isto é, seu dado mais propriamente político, é ditado de fora, concebido nos escritórios das grandes empresas e do investidores institucionais, nas agências reguladoras, na política comercial dos Estados. Isso deixa em evidência a vulnerabilidade das regiões competitivas do agronegócio (CASTILLO, 2007; CASTILLO *et al.*, 2016; FREDERICO, 2013) perante as oscilações dos preços das commodities e da demanda, que são somente duas das manifestações das verticalidades que subjagam a solidariedade orgânica, local e regionalmente construída, à solidariedade organizacional (ELIAS, 2017, p. 32).

O fenômeno de região é totalmente revolucionado e as RPAs são um exemplo concreto daquilo ao que se referia Milton Santos (SANTOS, 1996, p. 197) quando afirmou que no período técnico-científico-informacional “o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional”. A aceleração contemporânea e o alargamento dos contextos fez com que aumente a “espessura” dos acontecimentos regionais, “diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo” (idem).



É desde esse ponto de vista que buscamos compreender o papel atual da região extremo-oriental na formação socioespacial paraguaia. O texto divide-se em duas partes além desta introdução e das considerações finais. A seguir, apresentar-se-á um percorrido bem sucinto pelo processo histórico de formação da região produtiva atual. Depois, discutem-se alguns elementos que se revestem de certa importância para a confirmação da nossa hipótese de existência de uma região produtiva do agronegócio no extremo leste.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO PRODUTIVA DA SOJA

Falamos da relevância atual da RPA da soja no extremo leste paraguaio, porém, o protagonismo atual da região começou a perfilar-se já na década de 1950, quando da colonização dos extensos domínios florestais do Leste (SOUCHAUD, 2007; VÁZQUEZ, 2006). Por essa razão, expomos aqui uma resenha do processo da regionalização produtiva do extremo leste. Elucidar, em certa forma, dito processo histórico-geográfico, brindar-nos-á instrumentos para compreender o relevo estratégico que a RPA da soja representa para a economia paraguaia nos dias de hoje.

Mencionamos, parafraseando Rojas Villagra (2014, p. 24), que a propriedade e uso da terra são o fio condutor da história paraguaia. Pois bem, é bom ter em consideração que o caráter primário-exportador da economia nacional, no qual se insiste tanto e que de certa forma colabora com a justificativa deste trabalho, é apenas o pano de fundo dos conflitos pela posse da terra. Muito antes do avanço da fronteira agrícola moderna sobre o extremo oriente paraguaio, esses conflitos têm origem na abertura liberal do Pós-guerra da Tríplice Aliança (1870). A estrutura fundiária extremamente desigual do Paraguai contemporâneo, encontra suas bases na passagem do século XIX para o XX, momento em que se aliam a repartição de terras públicas a chefes políticos e militares e a venda de latifúndios de dimensões assombrosas, ao capital estrangeiro. Em meados do século XX, a ditadura do General Alfredo Stroessner (1954-1989) foi crucial para consolidar e praticamente institucionalizar a concentração da terra e a despossessão dos camponeses (PALAU; HEIKEL, 2016; PEREIRA, 2019).

Derivam disso as perspectivas focadas na Questão Agrária, que muito têm contribuído (e ainda o fazem) para o desvendamento das intencionalidades que movem a ação do Estado, das grandes empresas ligadas ao agronegócio e dos grandes latifundiários, em prol da acumulação e, ao lado dela, do cerceamento dos direitos dos camponeses. Nessa linha de pensamento, no âmbito da Geografia, cumpre destacar o trabalho de Lorena Izá Pereira



(2019), quem dedicou sua tese de doutorado ao estudo da territorialização do capital estrangeiro com destaque ao brasileiro e o argentino.

Ela (PEREIRA, 2019) propõe uma periodização desse processo que distingue três grandes regimes de “controle do território”. O primeiro, desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1870), até a década de 1950, caracterizou-se pela territorialização do capital argentino, encarnado nas companhias de extração de tanino no Chaco, mas também de madeira e erva-mate na fronteira leste. No segundo regime, que coincide mais ou menos com a ditadura do General Alfredo Stroessner, o empreendimento da colonização da fronteira leste, por parte de agricultores e empresários brasileiros, acarretou o ingresso em massa do capital agrário e imobiliário desse país. Já no terceiro período, desde a década de 1990 até nossos dias, o capital argentino volta a ter uma presença relevante, sem fazer retroceder às empresas brasileiras e, desta vez, também ingressando o capital uruguaio, principalmente no ramo imobiliário. Ao longo da história do território assim apresentada por Pereira, ela nunca deixa de ponderar que, ao lado do capital oriundo dos países vizinhos, sempre houve presença marcante de empresas de outros países, nomeadamente dos Estados Unidos, do Japão e de vários países da Europa (PEREIRA, 2019).

O período atual, chamado pela autora de regime da “República Unida da Soja”, em alusão à metáfora cunhada pela multinacional Syngenta em 2003 para ilustrar seu projeto corporativo de avanço da monocultura nos países da Bacia do Prata (GRAIN, 2013), é também o período de instalação na fronteira leste do Paraguai do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, p. 139–145, 1996, p. 190–192). Foi precisamente na década de 1990 que a população total do país passou a ser majoritariamente urbana. Nesse mesmo sentido, o uso agrícola do território teve na virada do século XXI um marco de notória requalificação com o ingresso das *tradings* do agronegócio globalizado. Segundo os sites oficiais das empresas, somente Cargill já estava presente no Paraguai desde 1978. Em 1997, iniciava suas operações ADM em território paraguaio; em 2004, Louis Dreyfus Company e em 2006, Bunge.

O segundo regime de Pereira (2019) é o momento de firmação dos antecedentes mais diretos da atual região produtiva do agronegócio no extremo oriente. A feição desse subespaço nacional, dotado de grande dinamismo nos fluxos e abrigando uma densidade técnica e informacional (SANTOS, 2014, p. 160) relativamente alta no contexto do país, é fruto da evolução de um processo de transformação no qual concorreram sucessivas especializações produtivas. Àquela época (década de 1950), a paisagem do extremo leste era dominada pela densa Mata Atlântica, onde a extração da madeira, da erva-mate e do palmito



eram as atividades preponderantes (PALAU; HEIKEL, 2016). O latifúndio, o trabalho semiescravo e a prática ausência da regulação estatal na zona, determinavam o cotidiano e as relações de produção. Ao mesmo tempo, a urbanização paraguaia restringia-se a Assunção e seu entorno, assim como à importância de algumas “cidades-porto” e “cidades-trem” à beira do rio Paraguai e da ferrovia Assunção-Encarnación, respectivamente (GAINARD, 1968; VÁZQUEZ, 2006).

Foi precisamente no início da segunda metade do século XX que se pôde testemunhar o surgimento de um novo período na dinâmica territorial paraguaia. Houve, na década de 1950, a conjunção da vontade política e do interesse econômico privada necessária para a integração daqueles extensos domínios florestais da fronteira oriental à órbita do poder central do Estado (PASTORE, 1972, p. 440; PALAU; HEIKEL, 2016, p. 21; SCHVARTZMAN, 2017, p. 210; VÁZQUEZ, 2006, p. 52; SOUCHAUD, 2007, p. 99; ROJAS VILLAGRA, 2014, p. 56). O Estado promoveu a *Marcha hacia el Este*, um projeto de colonização que visava não somente aumentar seu controle sobre a fronteira oriental, como também distender os conflitos pelo acesso à terra na região central, em torno de Assunção (PALAU; HEIKEL, 2016; SOUCHAUD, 2007; VÁZQUEZ, 2006). Em direção contrária a esse movimento de migração interna, outra corrente avançava no território brasileiro; a Marcha para o Oeste e a intensificação do modelo de complexos agroindustriais (CAI) pressionaram a estrutura de posse da terra nas regiões tradicionais de produção e incentivaram a expansão da fronteira agrícola brasileira. Esse processo migratório teve seu auge nos anos 1970, quando as frentes pioneiras partiram principalmente do Sul e Sudeste, onde já estavam consolidados os *belts* agrícolas (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 119; FREDERICO, 2015), em direção à Amazônia, ao Cerrado e, também, ao Paraguai.

O encontro dessas duas frentes, no lado paraguaio da fronteira, ocorreu a partir de 1965, quando se inaugurou a Ponte Internacional da Amizade entre Porto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Este) e Foz do Iguaçu. Apesar da falta de apoio técnico e financeiro em ambos os casos, foram os brasileiros os que conseguiram tirar maior vantagem da produção do novo meio (KOHLHEPP, 1984, 1999; SOUCHAUD, 2005, 2007).

A migração brasileira ao Paraguai foi intensa até meados da década de 1980 (SOUCHAUD, 2005), tendo seu ápice meados dos 70, momento no qual coroou-se a aproximação entre os governos ditatoriais de ambos os países por meio da assinatura do Tratado de Itaipu (1973). O movimento foi marcado por grandes contrastes e, sob nenhuma hipótese, deve-se considerar que os pioneiros brasileiros foram os primeiros beneficiados com a dinâmica colonizadora. Ao contrário, foram os latifundiários preexistentes e os investidores



que chegaram após as primeiras ondas os que tiraram maior proveito antes do que ninguém (SOUCHAUD, 2005, 2007; ALBUQUERQUE, 2010).

Apesar de ter diminuído notoriamente seu ritmo de chegada, a presença dos brasileiros na fronteira permaneceu, contabilizando já várias gerações. Contudo, outra presença incontestável é a das empresas, muitas vezes de capital brasileiro, que controlam os elos intermediários entre os produtores agrícolas individuais (brasileiros, paraguaios ou “brasiguaios”) e as *tradings* transnacionais do agronegócio (WESZ JUNIOR, 2021), agentes hegemônicas dos circuitos espaciais produtivos das commodities. A participação destas empresas brasileiras fornecedoras de insumos, vendedoras de ferramentas, proprietárias de silos de armazenamento de grãos, dentre outras atividades que desempenham, foi o dado principal do que Pereira (2019) chamou de regime de controle brasileiro do território paraguaio (1950-1990). Essa presença permaneceu vigente após 1990 e continua a ser o nexo fundamental da maior internacionalização da agricultura paraguaia — desde então, o número de empresas intermediárias vem se multiplicando, acusando reconfigurações recentes nos circuitos regionais da produção de soja (WESZ JUNIOR, 2021).

ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL

Na introdução, foi mencionado que dos 3,5 milhões de hectares de soja cultivados no Paraguai em 2018, 85% localizavam-se nos 5 departamentos da região extremo-oriental (ver Mapa 1). No Mapa 2 aprecia-se a ocorrência dos cultivos em 2021, indicando essa preponderância do extremo leste. Com exceção do Alto Paraná, que é considerado o centro da difusão da monocultura da soja, os outros quatro departamentos só são cobertos em parte pelo manto contínuo da soja. Quanto a isso, como bem lembra Elias (2011, p. 157), o estudo das RPAs não necessita começar pela sua delimitação, pois ela deve ser mais um resultado da pesquisa, do que um estabelecimento *a priori*. Aliás, uma RPA não respeita os limites político-administrativos do território e é exatamente por isso que utilizamos os limites departamentais como recorte (ver Mapa 3) de maneira provisória.

Não são poucos os autores que já defenderam a tese de que essa região é a mais “dinâmica” do país. Se bem há diferenças quanto ao traçado dos limites, pode-se dizer que existe consenso acerca da região extremo-oriental ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento do agronegócio globalizado.

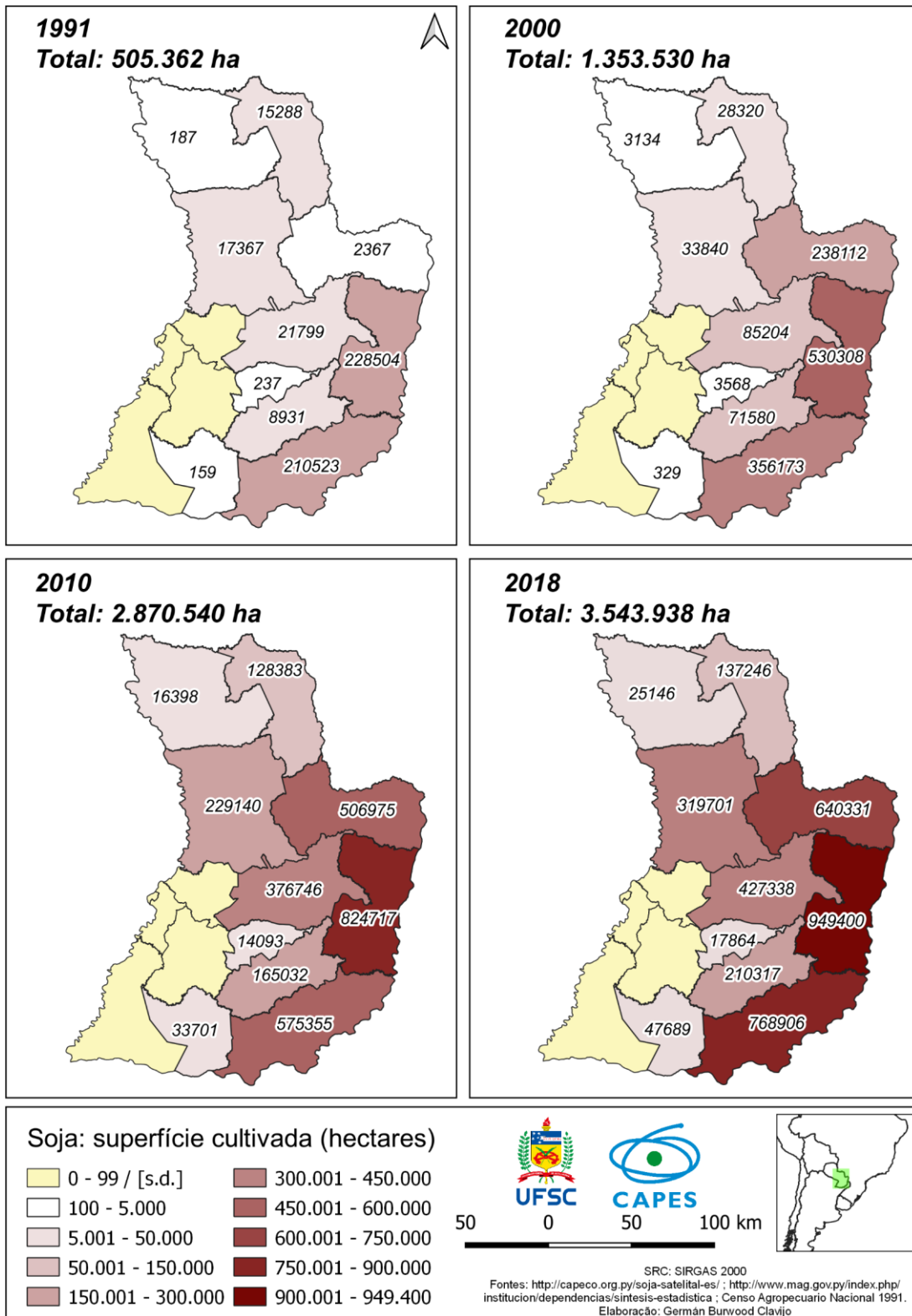


O geógrafo paraguaio Fabricio Vázquez (2006, p. 52–66) trata da “região agroexportadora”, em cuja área, segundo o autor, ter-se-iam materializado desde os anos 1970, “os projetos geopolíticos, produtivos e sociais do Paraguai, que muda de eixo e sistema de conexão com o mundo” (VÁZQUEZ, 2006, p. 53, tradução livre). Dentre esses projetos produtivos, Vázquez (2006, p. 54, tradução livre) dá o devido destaque à “monocultura empresarial [da soja] com forte preponderância de agricultores e empresários brasileiros” que, desde a década de 1990, “ordena, à sua maneira, esse território onde a maior parte de infraestruturas, bens e serviços estão sujeitos a seu cultivo, armazenamento e comercialização”.

De maneira similar, mas doze anos depois, Servín e Masi (2018, p. 72–74) caracterizavam os departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa e Caaguazú como sendo parte da “região fronteira dinâmica”. Os principais traços do dinamismo que eles acusam são a elevada especialização produtiva em oleaginosas e cereais (soja, milho e trigo) e a proliferação de empresas nas diversas etapas das ‘cadeias’ de agregação de valor dessas commodities. Os autores colocam que, considerando somente Alto Paraná, Caaguazú e Itapúa, eles representam 26% da indústria nacional e 32% do comércio (SERVÍN; MASI, 2018, p. 72). Não obstante, uma observação bastante relevante é feita pelos dois economistas (SERVÍN; MASI, 2018, p. 73, tradução livre) quando eles escrevem que “o dinamismo dessa zona fronteira é determinado pelo desenvolvimento produtivo e empresarial elevado, sem ser necessariamente acompanhado por um entrono socioeconômico adequado”. Com isso, eles querem dizer que “os níveis de vulnerabilidade social da região não se correspondem com o dinamismo produtivo e empresarial da mesma” (idem). Essas afirmações denotam as grandes contradições inerentes à especialização produtiva e a consequente alienação territorial das regiões do agronegócio.



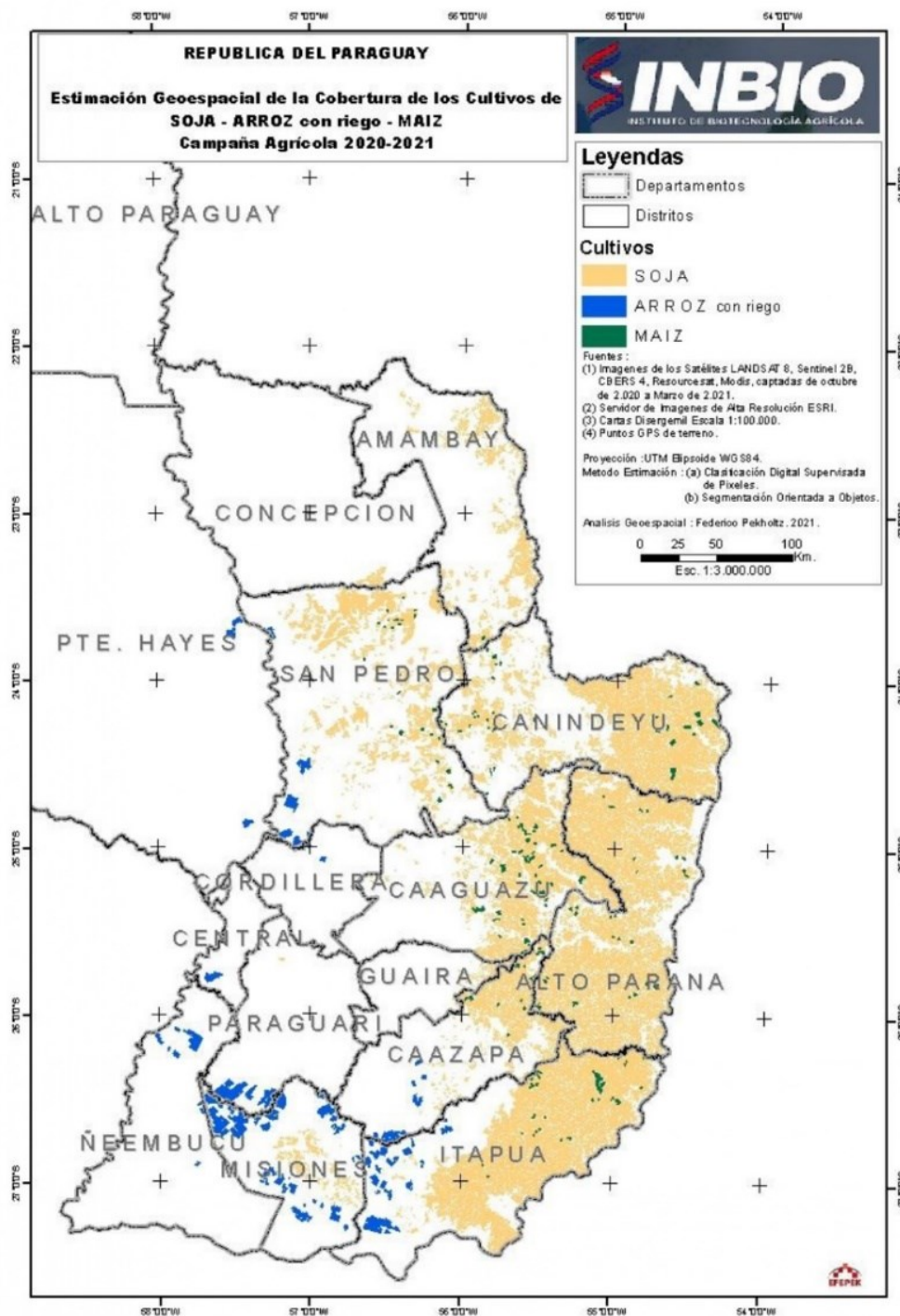
Mapa 1. Paraguai: Área (ha) cultivada de soja em 1991, 2000, 2010 e 2018



Fonte: organizado pelo autor.



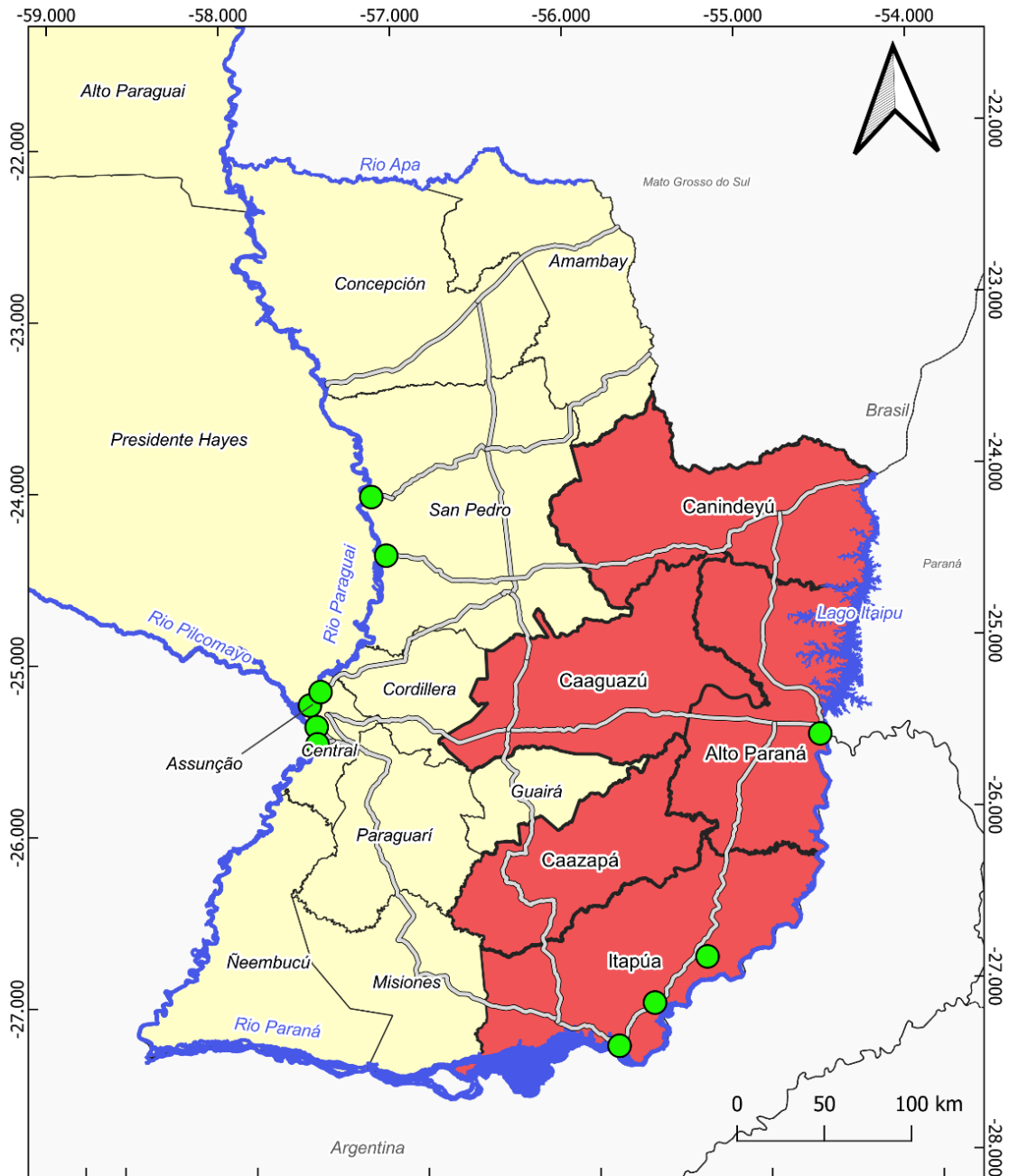
Mapa 2. Paraguai: Cobertura de cultivos de Soja, Arroz irrigado e Milho no ano agrícola 2020/2021



Fonte: Instituto de Biotecnología Agrícola (INBIO). Disponível em:
<https://www.inbio.org.py/informes/superficies-siembra/2020/mapas-soja-arroz-maiz-2020-2021-por-departamento.pdf> (Acesso em 06/10/2021)



Mapa 3. Paraguai. Região produtiva da soja no extremo oriente paraguaio



LEGENDA

região extremo-oriental	principais rios
resto do país	divisa estadual Brasil
principais portos de saída da soja	países limítrofes
principais estradas	

SRC: SIRGAS 2000
Fonte: <https://supplychains.trase.earth>
Elaboração: Germán Burwood Clavijo

Fonte: organizado pelo autor



Outro exemplo das reflexões sobre o papel da região produtiva do agronegócio no extremo oriente, é o trabalho de G. Setrini, D. Borda, C. González e B. Servín (2020), os quais, assim como Servín e Masi (2018), lançam mão de uma perspectiva comparativa entre departamentos do país, porém, dessa vez, através de um enfoque estritamente dirigido à compreensão da “transição” agrária. Em busca de evidências que lhes permitam dilucidar se existe no país um ou mais modelos de desenvolvimento agrário, os autores (SETRINI *et al.*, 2020, p. 27) escolhem três departamentos sob as seguintes justificativas. Em primeiro lugar, o Itapúa, que caracterizam como sendo “núcleo do desenvolvimento agroempresarial”; em segundo, Caaguazú, que alegam ser “zona de transição onde rapidamente se consolida o desenvolvimento agroempresarial” e, finalmente, San Pedro, fora da nossa região extremo-oriental, departamento onde prevalecem as atividades econômicas e a sociedade camponesas (*idem*).

Os exemplos elencados acima, extraídos de esforços para elaborar interpretações da regionalização produtiva do Paraguai, constituem uma boa demonstração não somente da constatação do dinamismo dos fluxos (materiais e imateriais) na fronteira leste, mas também das assimetrias regionais da totalidade do território. No interior da própria região extremo-oriental, as nuances são evidentes aos olhos desses pesquisadores, principalmente no que diz respeito à densidade das empresas e às condições de formalidade do emprego urbano.

Voltando ao assunto do uso agrícola do território pela monocultura da soja, não é demais insistir em que a internacionalização é um de seus traços principais. A RPA em questão é fruto da expansão da agricultura científica globalizada, comumente chamada agronegócio globalizado, face agrária do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Pautada pela ação fraca do Estado na regulação da produção e do comércio das commodities, a intensificação do uso de ciência, tecnologia e informação na produção agropecuária e a orientação primário-produtiva das exportações (CASTILLO, 2007; FREDERICO, 2013), a agricultura científica globalizada reúne agentes de diversos tamanhos em torno da acumulação da renda da terra — dentre os quais sobressaem as *tradings* pertencentes a grupos transnacionais e os investidores institucionais.

A dinâmica global-local é profundamente modificada, no âmbito local, quando o agronegócio ingressa na região e se torna hegemônico. Transforma-se a intensidade e a direção dos fluxos, agora dirigidos por empresas amiúde alheias ao lugar. Impõe-se dessa maneira um novo tempo à região, fundado geralmente no imperativo de velocidade, fluidez e competitividade.



No âmago dessa dinâmica, uma das manifestações concretas mais importantes é a urbanização do campo (LENCIONI, 1985; RUA, 2005; LOCATEL, 2013). O surgimento de cidades do campo (SANTOS, 2015, p. 91), ou melhor, “do agronegócio” (ELIAS, 2011, 2017; FREDERICO, 2011), representa o estreitamento do acontecer homólogo, isto é, das relações campo-cidade, que tecem horizontalidades cada vez mais amplas, porém ditadas por ordens verticais, externas ao lugar e à região. Essas cidades, centro locais ou regionais, são o resultado de um processo de urbanização dispersa (ELIAS, 2008) que é fundamental para o desenvolvimento da agricultura científica globalizada. Para o caso brasileiro, Frederico (2015) enunciou a situação em termos de uma contradição entre forças centrífugas e centrípetas ligadas à economia política do território que se instala com a globalização da agricultura: enquanto a produção agropecuária intensiva tende a se difundir no território, expandindo a fronteira agrícola moderna; a sua regulação é cada vez mais centralizada na metrópole de São Paulo. Neste ponto, o papel da cidade do agronegócio como fornecedora de insumos, serviços e mão de obra, deve ser tido em consideração junto ao papel de reguladora técnica da produção. Esta última tende a permanecer nesses pequenos e médios centros urbanos, enquanto a regulação política e organizacional, ou seja, a tomada de decisões estratégicas de grande alcance, permanece na grande metrópole ou mesmo fora do país.

No Paraguai, o geógrafo Kevin Goetz (2018, p. 273) já identificou potenciais cidades do agronegócio nos departamentos de Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú. Duas dentre elas, Santa Rita (Alto Paraná) e Nueva Esperanza (Canindeyú) são sedes de escritórios regionais da Dreyfus para o sul e o norte da região produtiva, respectivamente. A presença do ABCD, que já datamos acima, é mais forte na RPA da soja do que no resto do país. Cargill possui uma fábrica de óleo em Mingá Guazú (Alto Paraná) e Dreyfus outra em Caaguazú, para citar apenas dois exemplos. Contudo, os escritórios dos representantes dessas *tradings*, estão localizados em Assunção.

Outro dado que cumpre salientar na dinâmica urbano-regional da RPA da soja é a densidade da rede bancária na região. Com pouco mais de 30 mil habitantes, o município de Santa Rita, com grande população de brasileiros ou descendentes de brasileiros, é um dos melhor dotados de agências dos principais grupos bancários (GOETZ, 2018, p. 198). O mesmo ocorre com as pequenas cidades de María Auxiliadora (Itapúa), Katueté (Canindeyú) e J. E. Estigarribia (Caaguazú) — todas cercadas pelo enclave da soja.

Finalmente, um dado que guarda profunda relação com a expansão da agricultura científica globalizada é a crescente compartimentação político-administrativa dos departamentos da RPA, sendo o Alto Paraná e o Itapúa os casos mais extremos. O primeiro



passou de ter 4 municípios em 1950 a 22 em 2018, o segundo, de 11 a 30 no mesmo período. Ambos aumentaram a quantidade de municípios em 450% e 173%, respectivamente, sendo que a taxa de crescimento do país foi de 73%. Para os dois, as décadas de 1990 e 2000 foram o momento de maior compartimentação, coincidindo com o período de consolidação do agronegócio globalizado na fronteira leste. Se bem o aumento da municipalização desses departamentos não deve ser pura e simplesmente relacionado à intensificação da agricultura, a influência das elites agrárias e das camadas profissionais que se alocaram nas cidades da região é uma pista a não perder de vista (ELIAS, 2017, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região produtiva da soja no extremo oriente do Paraguai é um dispositivo territorial funcional ao desenvolvimento ampliado do agronegócio globalizado cujos limites físicos ainda devem ser identificados. Outro traço a ser identificado na pesquisa empírica, muito mais amplo e rico em significações, são as escalas das ações que atingem a região.

A aceleração contemporânea e o alargamento dos contextos, certamente respondem pela internacionalização do agronegócio — encarnada na presença das *tradings* e do capital brasileiro nos elos intermediários do circuito espacial produtivo da soja —, bem como pela imposição de um tempo exógeno, acelerado, exigente do aproveitamento extremo do uso da terra. Nesse sentido, um tema de pesquisa muito relevante é a rede de armazenamento de grãos.

Conquanto a área que hoje conforma a região produtiva da soja nem sempre tenha sido o centro dinâmico da economia paraguaia, pode-se dizer que desde a virada do século XXI ela já desempenha um papel fundamental. A espessura do acontecer e o simples fato de ser relativamente jovem, indica-nos que convivem na região extremo-oriental divisões do trabalho superpostas, mas assíncronas. A região é estruturada em função de atender aos circuitos espaciais produtivos da soja e outras oleaginosas, porquanto são negligenciadas outros usos agrícolas do território, menos demandantes de conteúdo em ciência e informação, porém, tendentes à diversificação produtiva.

Algumas cidades dos departamentos de Alto Paraná, Itapúa, Canindeyú, Caaguazú e Caazapá oferecem fortes sinais de constituírem verdadeiras “cidades do agronegócio”. A proliferação de empresas intermediárias do circuito espacial produtivo da soja, o aprofundamento da divisão do trabalho e o aumento dos consumos produtivo — no campo a nas agronindústrias — e consuntivo — nas próprias cidades —, são características da



urbanização do campo no extremo oriente paraguaio. Elucidar as interrelações, nessa região produtiva do agronegócio, entre o local, o nacional e o global, é um tema de pesquisa que ainda precisa ser explorado em profundidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

CASTILLO, R. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, p. 21–27, 2007.
<https://doi.org/10.5418/RA2007.0303.0003>.

CASTILLO, R.; ELIAS, D.; PEIXINHO, D.; BÜHLER, E.-A.; PEQUENO, R.; FREDERICO, S. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 18, p. 265–288, 2016. .

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.
<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região Produtiva do Agronegócio. *In*: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (orgs.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova: Revista de Geografia y Ciencias Sociales (online)**, v. 12, 2008. Disponível em:
<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>. Acesso em: 1 out. 2021.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, n. 17, 2013. DOI 10.4000/confins.8153. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em: 7 set. 2021.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5–23, 2011. .

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, dossiê, v. 17, n. 35, p. 68–94, 2015. .

GAIGNARD, R. Sous-développement et déséquilibres régionaux au Paraguay. **Revista Geográfica**, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 69, p. 29–74, 1968. .

GOETZ, K. **Croissance de villes intermédiaires et configurations du réseau urbain paraguayen**. 2018. 365 f. Tese de doutorado – Université Toulouse, 2018.

GRAIN. La República Unida de la Soja. 2013. **grain.org**. Disponível em:
<https://grain.org/es/article/4739-la-republica-unida-de-la-soja-recargada>. Acesso em: 30 set. 2021.



KOHLHEPP, G. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. **Revista Geográfica**, n. 99, p. 5–33, jun. 1984. .

KOHLHEPP, G. Incorporação do espaço fronteiriço do leste do Paraguai na esfera de influência brasileira. *In*: POTTHAST, B.; KOHUT, K.; KOHLHEPP, G. (orgs.). **El espacio interior de América del Sur: geografía, historia, política, cultura**. Madri/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 1999.

LENCIONI, S. Agricultura e urbanização, a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, v. 4, p. 41–51, 1985. .

LOCATEL, C. D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 12, n. 2, p. 85–102, 2013. .

PALAU, T.; HEIKEL, M. V. **Los campesinos, el estado y las empresas en la frontera agrícola**. 2. ed. Assunção: Diakonia/ Fundación Rosa Luxemburgo/ BASE-IS/ CCFD, 2016.

PASTORE, C. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Montevideu: Antequera, 1972.

PEREIRA, L. I. “**A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**”: os regimes de controle do território paraguaio (1879-2019). 2019. 523 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

ROJAS VILLAGRA, L. **La metamorfosis del Paraguay. Del esplendor inicial a su traumática descomposición**. Assunção: BASE-IS, 2014.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da Anpege**, v. 2, n. 2, p. 45–65, 2005. .

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHVARTZMAN, M. **Contribuciones al estudio de la sociedad paraguaya**. Tercera edición. Assunção: Base Investigaciones Sociales, 2017.

SERVÍN, B.; MASI, F. **Territorios y empresas: Aproximación al desarrollo de las regiones en Paraguay**. Assunção: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2018.



SETRINI, G.; BORDA, D.; GONZÁLEZ, C.; SERVÍN, B. **Transición agraria en Paraguay**. Assunção: Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya (CADEP), 2020.

SFORZA, A. A. L.; GARAY, S. M. C.; CÁCERES, A. A. G. **¿Agroindustrias para el desarrollo? Un análisis comparativo de los principales rubros agroindustriales y de su impacto en el desarrollo del país**. Assunção: Editorial Arandurã, 2018.

SOUCHAUD, S. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. *In*: FOGEL, R.; RIQUELME, M. (orgs.). **Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza**. Assunção: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Assunção: ADEPO/UNFPA, 2007.

USDA. Oilseeds: World Markets and Trade. 2021. Disponível em:
<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/oilseeds.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y Población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Assunção: ADEPO/UNFPA/GTZ, 2006.

WESZ JUNIOR, V. J. La construcción social del mercado de la soja en Paraguay. **Revista Estudios Paraguayos**, v. 39, n. 1, p. 105–147, 2021. <https://doi.org/10.47133/respy3390103>.